

www.periodicos.ufv.br/oikos | ISSN: 2236-8493 revistaoikos@ufv.br

Avaliação: Double Blind Review Recebido: 13/04/2024 Aprovado: 20/12/2024

### ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E DESIGUALDADE SOCIAL: O DESPOTISMO DO CAPITAL

CAPITALISM ACCUMULATION AND SOCIAL INEQUALITTY: THE DESPOTISM OF CAPITAL

ACUMULACIÓN CAPITALISTA Y DESIGUALDAD SOCIAL: EL DESPOTISMO DEL CAPITAL

Caio de Alcântara Gomes da Cruz<sup>1</sup> Ednéia Alves de Oliveira<sup>2</sup>

#### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de acumulação capitalista em curso e suas implicações para as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, revelando a alta desigualdade social, o aumento da pobreza extrema e da pobreza. Trata-se de uma pesquisa teórica, documental e descritiva, cujos instrumentos consistiram na recuperação de categorias marxianas como concentração, centralização, monopólio e superpopulação relativa e análise de dados de relatórios publicados por organismos oficiais internacionais como BM e ONU e organismos independentes como a OXFAM. Os resultados nos permitem constatar que o avanço da reprodução ampliada do capital tem promovido a maior concentração e centralização da riqueza com a formação de monopólios que tendem a expulsar grandes segmentos da classe trabalhadora do mercado de trabalho, expandindo os quadros de pobreza extrema e pobreza ao redor do mundo, revelando o despotismo do capital.

Palavras-chave: Acumulação de capital. Pobreza Extrema. Pobreza. Desigualdade social.

#### **Abstract**

This article aims to analyze the ongoing process of capitalist accumulation and its implications for the living and working conditions of the working class, revealing the high social inequality, the increase in extreme poverty and poverty. This is a theoretical, documentary and descriptive research, whose instruments consisted of the recovery of Marxian categories such as concentration, centralization, monopoly and relative overpopulation and analysis of data from reports published by official international organizations such as WB and UN and independent organizations such as OXFAM . The results allow us to confirm that the advancement of expanded reproduction of capital has promoted greater concentration and centralization of wealth with the formation of monopolies that tend to expel large segments of the working class from the labor market, expanding extreme poverty and poverty to the around the world, revealing the despotism of capital.

Keywords: Capital accumulation. Work. Extreme Poverty. Poverty. Social Inequality.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el actual proceso de acumulación capitalista y sus implicaciones para las condiciones de vida y trabajo de la clase trabajadora, revelando la alta desigualdad social, el aumento de la pobreza extrema y la pobreza. Se trata de una investigación teórica, documental y descriptiva, cuyos instrumentos consistieron en la recuperación de categorías marxistas como concentración, centralización, monopolio y sobrepoblación relativa y el análisis de datos de informes publicados por organismos internacionales oficiales como el BM y la ONU y organismos independientes como OXFAM. Los resultados permiten confirmar que el

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, narcotráfico e educação ambiental. E-mail: caioagcruz@gmail.com. ORCID: <a href="https://orcid.org/0009-0005-1396-1913">https://orcid.org/0009-0005-1396-1913</a>.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Professora da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil. Doutora em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mercado de Trabalho e Serviço Social (CNPq) e do Grupo de Estudos Dýnamis. E-mail: oliveiraedneia21@yahoo.com.br. ORCID: <a href="https://orcid.org/0000-0001-6550-7177">https://orcid.org/0000-0001-6550-7177</a>.



1

avance de la reproducción ampliada del capital ha promovido una mayor concentración y centralización de la riqueza con la formación de monopolios que tienden a expulsar a grandes segmentos de la clase trabajadora del mercado laboral, expandiendo la pobreza extrema y la pobreza a todo el mundo. el mundo, revelando el despotismo del capital.

Palabras clave: Acumulación de capital. Pobreza extrema. Pobreza. Desigualdad social

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo é resultado de uma pesquisa teórica, documental e descritiva, cuja base de dados consistiu em relatórios publicados por sites oficiais de agências internacionais como Banco Mundial (BM) e Organizações das Nações Unidas (ONU) e sites de organismos independentes como a OXFAM, dentre outros. O objetivo central é analisar o processo de acumulação capitalista em curso no atual contexto e suas implicações para as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, revelando a alta desigualdade social. A ofensiva do capital nos últimos anos tem provocado um quadro de crise econômica e social com rebatimentos sobre a renda e as relações de trabalho em todos os cantos do planeta, traduzindo-se num quadro de aumento crescente da miséria e da pobreza material e humana de grandes contingentes populacionais.

Embora tais fatos se apresentem, na sua forma fenomênica, como algo natural e irreversível, é possível apresentar a relação intrínseca de tais fenômenos como resultado exclusivo da dinâmica do modo de produção capitalista. Marx (2013) já alertava, quando escreveu o capítulo 23 do Livro I d' O capital sobre a Lei geral da acumulação capitalista e seus impactos negativos sobre a classe trabalhadora. No livro III, em especial no capítulo 15, ao aludir sobre as crises do capital, reitera a força da acumulação capitalista, colocando-a em relação direta com a necessidade do capitalismo de reproduzir taxas de lucro cada vez mais elevadas, promovendo a maior concentração e centralização da riqueza e da produção.

Seus estudos, realizados há mais de 200 anos, são compatíveis com o contexto atual, tendo em vista que o modo de produção capitalista não logrou romper com sua essência, pelo contrário, a cada decênio as teses de Marx se atualizam evidenciando a sanha insaciável do capital na busca pelos superlucros. Em países dependentes, tais efeitos se fazem sentir de forma mais violenta, devido aos poucos investimentos em políticas sociais e a relação de dependência e subalternidade aos países do centro capitalista.

Nestes países, a desigualdade econômica e social se torna mais aguda, percebida nos quadros de desemprego, de pobreza, de fome, informalidade, salários incapazes de prover as reais necessidades da classe trabalhadora, condições precárias de trabalho etc. Acresce-se ainda que muitos desses países devem conviver com outras particularidades como o racismo,

o machismo, a violência generalizada sobre os mais pobres, acirrando a guerra de todos contra todos ou o salve-se quem puder. Para explanar as considerações expendidas, dividimos o artigo em três tópicos. O primeiro trata da questão da acumulação e suas nuances no modo de produção capitalista. O ponto de partida e o ponto de chegada é a teoria social marxiana e as categorias trabalhadas por Marx para elucidar tal fenômeno em que destacamos a concentração, centralização, queda tendencial da taxa de lucro, crise do capital etc. No segundo momento trataremos da acumulação capitalista nos tempos atuais e suas implicações para a classe trabalhadora enfatizando a distribuição da renda, condições de trabalho, desemprego e informalidade etc. O último item trará breves considerações finais.

## ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM TEMPOS DE OFENSIVA DO CAPITAL: UM RETORNO A MARX

No capítulo 23 do livro I d' O capital, Marx (2013) descreve sobre a Lei Geral de Acumulação e seus impactos sobre a classe trabalhadora. Inicialmente, faz-se mister salientar que o modo de produção capitalista necessita da expansão contínua do processo de acumulação para garantir sua sobrevivência. Os impactos sobre a classe trabalhadora é inerente a este movimento, pois é esta quem coloca à venda sua força de trabalho, em troca de um salário, como única forma de subsistência. Nas palavras de Marx: "Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado" (2013, p. 690).

Multiplicação que não implica em repartição da riqueza produzida, mas do número crescente de trabalhadores assalariados que colocarão à disposição dos capitalistas sua força de trabalho, revelando a estreita dependência do capital em relação a massa de trabalhadores ocupados e desocupados, pois será esta massa de laboriosos que proporcionará a crescente valorização do capital. Para Marx (2013) a venda da força de trabalho só é possível quando permite a conservação dos meios de produção como capital, a valorização do seu trabalho em capital e adição de um mais valor adicional obtido pelo trabalho não pago.

Este adicional de mais valor será resultado da maior massa dos meios de produção disponíveis para acelerar o processo produtivo, o que permite extrair maior produtividade do trabalho. Um exemplo é o advento da ciência e da tecnologia como forma de incrementar a produtividade do trabalho e acumular mais riqueza. Isso significa que o aumento dos meios de produção, denominadas aqui de capital constante, ocorrerá na razão inversa do capital variável, força de trabalho. Ou seja, o modo de produção capitalista e com ele a acumulação de capital provoca uma crescente diminuição da parte variável empregada nos ramos produtivos

e, concomitante aumenta o número de capitalistas, revelando uma concentração da riqueza socialmente produzida, mas ao mesmo tempo impondo uma concorrência entre os vários capitalistas que passam a disputar entre si fatias maiores da produção de capital.

Nessa guerra pela apropriação da riqueza socialmente produzida encontra-se a centralização, que, segundo Marx (2013) difere-se da concentração por caracterizar-se como um momento de expulsão de vários capitalistas, pois a tendência aqui exposta é a que os capitalistas maiores impedem a sobrevivência dos capitalistas menores, através do barateamento do preço das mercadorias e do controle do advento tecnológico. Outros dois mecanismos que, de acordo com Marx (2013), impulsionam a centralização é o crédito e a concorrência, armas consideradas como "as duas alavancas mais poderosas da centralização" (2013, p. 702).

Ainda em relação a centralização é importante destacar o movimento de fusão de vários capitais em um só, que pode se dar pela concorrência violenta em que os capitalistas maiores derrubam os menores ou ainda por acordos econômicos que visam evitar a falência dos pequenos capitalistas. É também no âmbito do movimento da centralização que a expulsão crescente da força de trabalho se verifica, pois a centralização acelera o progresso da acumulação ao mesmo tempo em que acelera a composição técnica do capital reduzindo sua parte variável e aumentando a sua parte constante.

A formação de capitais adicionais<sup>3</sup> ocorridos na acumulação normal propicia este movimento da centralização, pois impulsiona a descoberta de novos progressos técnicos e tecnológicos que permitem às grandes indústrias economizar força de trabalho sem a diminuição da produção de mercadorias. A economia de força de trabalho pode ser explicada, segundo Marx (2013), em decorrência do crescimento do capital total. Ou seja, apesar do aumento do capital total gerar um aumento do componente variável, este será sempre em proporção menor. Ainda que a acumulação e centralização se manifestassem de forma crescente, possibilitando novas variações na composição do capital, não permite ampliar a inserção de mais capital variável e sim do capital constante.

A acumulação de capital produzirá, portanto, um excedente de trabalhadores que não será necessário para a valorização do capital. Este excedente, Marx (2013) denominou de

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Marx denomina de capital adicional o mais-valor capitalizado. "Desde sua origem, ele não contém um só átomo de valor que não derive de trabalho alheio não pago. Os meios de produção, aos quais se incorpora a força de trabalho adicional, assim como os meios de subsistência com os quais ele se mantém, não são mais do que componentes do mais-produto, do tributo anualmente arrancado da classe trabalhadora pela classe capitalista. Quando esta última, com uma parte do tributo, compra força de trabalho adicional da primeira - ainda que lhe pague seu preço integral, de tal modo que seja trocado equivalente por equivalente -, ela continua a agir segundo o velho procedimento do conquistador que compra as mercadorias dos vencidos com o dinheiro que roubou desses últimos" (2013, p. 658).



força de trabalho supérflua. Esta força de trabalho supérflua decorre do aumento da centralização do capital, pois à medida que cresce, expulsa grandes contingentes da força de trabalho do processo de valorização. A geração de uma superpopulação relativa, de grandes contingentes da força de trabalho que não é absorvida pela produção torna-se outra alavanca da acumulação, tão necessária quanto às demais para garantir o seu progresso. Portanto, a criação de um exército de reserva disponível para adentrar o reino do trabalho não depende da boa vontade do capitalista, mas da própria dinâmica do modo de produção capitalista.

Esta população supranumerária pertence ao capital de maneira absoluta, servindo para o processo de valorização do capital em face do quantitativo de força de trabalho disponível para ser explorada. Ao contrário do que comumente se afirma, em especial, os apologistas da ordem burguesa, o desemprego não está associado ao aumento da população, mas sim ao progresso da acumulação que faz com que ocorra a expansão do capital devido às condições técnicas do próprio processo de produção em que se destacam a maquinaria, os avanços tecnológicos, os meios de comunicação e de transporte etc., acelerando a transformação de "mais-produto em meios de produção suplementares. A massa da riqueza social, superabundante e transformável em capital adicional graças ao progresso da acumulação, precipita-se freneticamente sobre os velhos ramos da produção..." (Marx, 2013, p. 708).

Com o desenvolvimento de ramos passados, a demanda por força de trabalho tende a ser menor, expandindo a necessidade de material humano para outros ramos da produção formados recentemente. Em nenhum dos dois casos deve haver escassez de força de trabalho, mas sim uma massa humana para ocupar estes ramos produtivos, razão pela qual a superpopulação é fundamental, garantindo a manutenção de uma produção ampla e ininterrupta. Embora possa ser afetada por ciclos de crise ou expansão, o importante é que o exército industrial de reserva seja sempre capaz de reproduzir-se pela simples razão de que com a produção aumentada há uma alienação maior de trabalhadores.

Ironicamente, esta expulsão crescente de trabalhadores do processo de valorização do capital ocorre em face de que a própria classe trabalhadora ao produzir a acumulação de capital produz os mecanismos que a tornam supranumerária. É uma condição típica deste modo de reproduzir, que utiliza do contingente de supranumerários para expropriar e explorar objetivando expandir suas taxas de lucro e gozar de maior liberdade de ação. Ou seja, ser livre para ampliar a exploração intensiva e extensiva da força de trabalho ocupada, condenando

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Em nota de rodapé da página 706, Marx (2013) apresenta dados extraídos do censo inglês de 1851 em que constata a diminuição da força de trabalho em concomitância com o aumento da produção de vários setores industriais.



\_

estes últimos a condições aviltantes de trabalho ao mesmo tempo em que condena a outra parte à condições aviltantes de ócio forçado.

Para o senso comum não ecoa razoável a decisão do capitalista de diminuir o número de trabalhadores, acreditando ser possível empregar mais desde que se reduzam os salários ou a jornada de trabalho. Contudo, não interessa ao capitalista empregar um número maior de trabalhadores ainda que o salário seja menor ou igual ao da força de trabalho empregada. Tampouco é interessante reduzir a jornada de trabalho como forma de ampliar a população empregada, Como já salientamos, o que permite ao capitalista configurar-se como a personificação exemplar do capitalismo é extrair do mesmo contingente de capital variável maior capacidade produtiva.

Para alcançar tais objetivos e evitar que a balança penda para o lado do trabalhador, como acontece em momentos de flutuação do mercado de trabalho, permitindo um leve aumento do salário do trabalhador, o capitalista tomará medidas para eliminar a desvantagem, adquirindo mais máquinas para possibilitar a criação de um quantitativo maior de trabalhadores disponíveis, numa dada localidade ou setor produtivo, gerando novamente um contingente de supranumerários. Como ilustração citamos o exemplo dado por Marx (2013) nas páginas 713 e 714 da situação dos arrendatários de Wilshire e Dorsetshire que tiveram que aplicar aumento salarial devido à migração dos trabalhadores para outros ramos da produção como a construção de ferrovias, o trabalho nas minas, a indústria bélica etc. Descontentes com o aumento dos salários e os eventuais "prejuízos" à produção local, decidiram por incrementar o trabalho com máquinas, voltando a criar um número de supérfluos e permitindo a redução dos salários ou a oferta de salários em valores compatíveis ao progresso da acumulação.

Esta prática é recorrente quando ocorre expansão de determinado ramo da produção, atraindo maior número de trabalhadores para estes ramos fazendo com que haja uma ampliação do contingente de trabalhadores empregados e, consequentemente, do salário pago. Contudo, isso ocorre até que a demanda esteja saturada. A emigração de amplos setores da classe trabalhadora para os locais onde o salário revela-se maior é uma característica da flutuação da força de trabalho, provocando, por seu turno, a formação da superpopulação nos ramos onde os salários eram maiores, permitindo o retorno aos patamares desejados pelo capital.

Ainda com relação à superpopulação relativa, Marx (2013) revela-nos que todo trabalhador, em algum período de tempo, fará parte da mesma, seja parcialmente ou integralmente, bastando para isso que esteja desempregado. Com as crises ocorrem momentos de expansão ou retração da superpopulação relativa, mas ela sempre será

composta de três formas, quais sejam: flutuante, latente e estagnada. Sobre a forma flutuante, ela cresce em proporção ao desenvolvimento da grande indústria, incentivando a mobilidade da classe trabalhadora para locais onde as vagas de emprego oferecem melhores possibilidades. À sua época, Marx (2013) se referia ao trabalhador masculino em idade juvenil que logo ao atingir certa idade era dispensado ingressando nas fileiras da superpopulação flutuante, lembrando que esta cresce em razão inversa ao aumento da produção. O mesmo se pode dizer com relação à forma latente. Com a introdução da produção capitalista no campo, um grande número de trabalhadores rurais são expulsos, sendo atraídos pelo trabalho nas indústrias, onde se sujeita a trabalhos com salários inferiores engrossando as fileiras do pauperismo urbano.

A última forma seria a estagnada, cujas ocupações são irregulares, servindo para ocupar os postos de trabalho mais precários e com salários mais baixos. Essa fração da superpopulação relativa tende a crescer em maior proporção tendo em vista que os trabalhadores da forma flutuante e latente passam a compor suas fileiras à medida que avança a reprodução ampliada do capital e eles são descartados do processo produtivo. É nessa categoria que o pauperismo se adensa com maior vigor e, ainda que ela possa diminuir em razão de uma etapa de expansão da economia, é também reduzida com igual vigor em períodos de crise e estagnação econômica.

São estes aspectos que Marx (2017) irá considerar ao apontar o movimento de retomada das taxas de lucro. Ao explicar as crises oriundas do modo de produção capitalista relata que a queda tendencial da taxa de lucro representa uma oportunidade de alavancar tais taxas de lucro e não uma perda para os capitalistas. Portanto, a queda tendencial da taxa de lucro aparece apenas como tendência e representa a possibilidade de ampliar a concentração e centralização, permitindo a formação de verdadeiros monopólios ou oligopólios. O mesmo autor ainda salienta que para que a taxa de lucro não caia mais rápido e em proporções de magnitude maiores é preciso que as influências que contrariam esta queda atuem de forma a evitá-la ou anulá-la, dando a esta apenas o caráter de tendência. As contratendências apresentam uma conexão entre si, pois estão associadas, em primeiro plano, à relação capital/trabalho.

De acordo com Marx (2017) as contratendências incidem diretamente sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e se resumem em aumento do grau de exploração da força de trabalho, compressão do salário abaixo de seu valor, aumento dos investimentos em capital constante, expansão do contingente de desempregados ou da superpopulação relativa, ampliação do comércio exterior ou globalização financeira e o

aumento do capital acionário ou meramente especulativo que, com o desenvolvimento e o consequente progresso do modo de produção capitalista, aparece "uma parte do capital que só pode ser calculada e empregada como capital portador de juros" (Marx, 2017, p. 279).

Em relação ao aumento da exploração da força de trabalho, verifica-se que as mudanças nas leis e contratos trabalhistas tem propiciado um grau maior de extração do mais valor, tendo em vista o prolongamento e intensificação da jornada de trabalho elevando as taxas de lucro e provocando maior precariedade e degradação das condições de trabalho. O avanço científico e tecnológico constituem fatores facilitadores desse processo, além da exploração do trabalho feminismo e infantil, definidos por Marx (2017) como alavancas da acumulação. No que se refere à compressão do salário abaixo de seu valor, é importante salientar que Marx (2017) considera ser esta uma das principais causas para conter a queda tendencial da taxa de lucro. Esta medida propicia a maior extração dos superlucros e provoca ao mesmo tempo em que amplia a pauperização de segmentos inteiros da população empregada, evidenciando a força destrutiva do capital. Seria a compressão sobre os salários uma das formas de fomento das taxas de pobreza e extrema pobreza que assola a classe trabalhadora nos dias atuais, em especial nos países de capitalismo dependente<sup>5</sup>.

Outro fator apontado por Marx (2017) é o aumento dos investimentos em capital constante que contribui para diminuir os investimentos em capital variável incorrendo na quarta medida apontada pelo autor, qual seja: o crescimento da superpopulação relativa ou da massa de desempregados, fenômeno que tem sido denunciado por vários relatórios publicados como sendo um dos problemas mais graves do capitalismo hodierno e que, assim como a compressão dos salários, provoca pobreza e miséria da classe trabalhadora em escala ampliada, ao mesmo tempo em que constituem-se como aspectos imanentes do próprio processo de acumulação de capital sendo a ele totalmente funcional.

No que diz respeito ao comércio exterior, outra medida contrarrestante, implica no favorecimento e ampliação de capital dos países mais industrializados em direção aos países de capitais menos desenvolvidos, acirrando a competição e a concorrência e perpetuando a concentração e centralização de capitais. Por fim, Marx (2017) destaca que com o progresso da acumulação ocorre uma migração dos capitais para o setor especulativo, portador de juros,

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> De acordo com Marini (2017) a dependência constitui-se como uma relação de subordinação entre as nações menos desenvolvidas e aquelas mais desenvolvidas, sendo que as primeiras se tornam dependentes das segundas. Nestes países a economia estaria subordinada aos interesses dos países ditos imperialistas que se desenvolvem às custas da extração da mais absoluta e relativa extraída da força de trabalho dos países economicamente atrasados. Nestes países, a superexploração do trabalho, a dependência tecnológica, a falta de soberania nas relações comerciais e o atraso cultural são marcas inerentes que permitem perpetuar o atraso e evidencia um crescimento econômico sem a presenca de políticas distributivas e/ou redistributivas.



forma que garante a recuperação das taxas de lucros e amplia o processo de acumulação em curso tendo em vista a natureza destes investimentos. Ou seja, o capital portador de juros acentua as outras medidas supramencionadas à medida que não gera investimentos no setor produtivo, permitindo maior desemprego e aumento da superpopulação relativa, o que consequentemente agrava o quadro de pauperismo da classe trabalhadora.

# ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E DESIGUALDADE SOCIAL EM TEMPOS HODIERNOS: O DESPOTISMO DO CAPITAL

Vimos no item anterior como a acumulação capitalista e seu progresso tendem a provocar o crescente pauperismo da classe trabalhadora, seja pela expulsão do mercado de trabalho, pelo rebaixamento dos salários ou ainda pela condição precária do exercício do trabalho. Engels (2008) foi um dos pioneiros na denúncia das condições aviltantes nas quais viviam a classe trabalhadora inglesa em franco contraste com a opulência da burguesia no período da revolução industrial. Moradias insalubres, doenças das mais variadas, trabalhadores informais vivendo em cortiços ou ainda dependentes dos albergues da cidade para não morrerem de frio durante a noite. Prostituição, roubo e furto são rotinas comuns nos bairros operários da grande Londres, onde de acordo com Engels (2008), mais de 50 mil operários na época viviam em subsolos, sem luz ou ventilação suficiente para gozar de boa saúde.

Relatos de trabalhadores andando descalços pelas ruas das cidades industriais tornaram-se comuns, segundo Engels e, mais comum ainda, tornou-se a ausência de alimentação. "Nas grandes cidades da Inglaterra, pode-se ter de tudo e da melhor qualidade, mas a preços proibitivos e o operário que deve sobreviver com poucos recursos, não pode pagá-los" (Engels, 2008, p. 109). Transcorridos mais de um século e meio da sua obra, percebemos que o capitalismo confirmou todas as contradições afirmadas pelos autores supracitados.

Lênin (1979) também vai enfatizar o processo de acumulação capitalista ao denunciar a concentração e centralização da riqueza com a instauração da primeira guerra mundial, chamando a atenção para a formação do capitalismo imperialista, denominado por ele como uma etapa superior do capitalismo. Neste novo estágio, a fusão do capital industrial com o capital bancário vai inaugurar uma fase de predomínio do livre mercado sobre a economia provocando uma busca por lucratividade em esferas especulativas, fato que vai perdurar até os anos pós-segunda guerra quando os governos dos principais países industrializados,

inspirados pela necessidade de recuperação da economia dos países do segundo pós-guerra estabelecem restrições aos investimentos especulativos, incentivando a produção industrial para geração de empregos.

Este período ficou denominado de estado de bem estar social ou *welfare state* e se limitou a alguns países da Europa, em especial aqueles que não foram incorporados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ou seja, um estado de bem estar social restrito a um pequeno número de países e de trabalhadores. Oliveira (2017) afirma que o estado de bem estar social só foi possível às custas da exploração dos países mais pobres, em especial aqueles localizados na periferia do capital. Ainda que o *welfare state* tenha conseguido construir uma vitrine temporária de sucesso para o capitalismo, com princípios civilizatórios, ele foi um elemento importante para conter o ímpeto revolucionário do pós-segunda guerra e criar a ideia de um capitalismo mais humanizado<sup>6</sup>.

Anos mais tarde, a ideia do estado de bem estar social e sua perspectiva de redistribuição da riqueza, dá sinais de falência, exigindo medidas para recuperação das taxas de lucro. Marx (2017) no capítulo 15 do livro 3 d'O Capital menciona que a produção capitalista tende constantemente a superar os limites que lhe são imanentes, porém consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, em escala ainda mais formidável. Para Oliveira (2023) a crise dos "anos dourados do capitalismo", período que compreendeu o final da segunda Guerra mundial até os anos de 1970, evidenciou a lei da queda tendencial da taxa de lucro, ou melhor dizendo, da própria acumulação de capital, obrigando o capitalismo a buscar respostas dentro dos seus próprios limites.

Se para recuperar as taxas de lucro, o capital, em 1945, lançou mão de políticas sociais e do poder intervencionista do Estado na economia, no final de 1970 o Estado transforma-se no inimigo a ser combatido juntamente com as políticas sociais e as organizações de classe dos trabalhadores (Oliveira, 2023). Todas as medidas que Marx (2017) cita como necessárias para contrariar a queda tendencial da taxa de lucro serão adotadas nesta nova etapa da acumulação. O destaque é para a compressão dos salários e aumento exponencial da superpopulação relativa em todas as suas formas, revelando a força destrutiva do capitalismo sobre a matéria humana. Para Brenner (2003), a queda nos investimentos em encargos sociais nos países do G-7 de 1980 a 1985 para 2,6% em média, demonstra a necessidade de retirada

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Outras forças contribuíram para aniquilar a veia revolucionária nos anos posteriores à segunda grande guerra. Como exemplo, citamos a guinada stalinista nos países do leste europeu e sua defesa do socialismo de um só país, a capitulação das lideranças políticas e sindicais europeias ao receituário welfariano, a revolução cultural chinesa etc. (Oliveira, 2020).



\_

de benefícios sociais e trabalhistas outrora cultuados como política econômica e social defendida pelos países em tela.

A compressão dos salários associado ao processo demissionário em curso justificado pelas baixas taxas de crescimento resultaram num aumento da superpopulação relativa, em especial na sua parte estagnada, provocando um aumento da pobreza e da miséria em todos os cantos do planeta. Já em 1980, quando da elaboração do documento intitulado Consenso de Washington, o direcionamento apontava para uma política econômica de ajuste fiscal, impondo, primeiro aos países de capitalismo dependente, uma redefinição da função do Estado para gerar o *superávit* primário, imposição que será feita aos países da Europa somente em 2011.

A maior flexibilidade dos contratos de trabalho, a redução dos benefícios trabalhistas, novas tipologias contratuais, o trabalho por chamada, o trabalho doméstico, dentre outras formas de exploração da força de trabalho tem redundado em péssimas condições de trabalho que associadas ao aumento da idade e contribuição para aposentadoria, reformas trabalhistas com retirada de vários benefícios, aumento da jornada de trabalho revelam que o progresso da acumulação está em pleno processo de evolução. A ofensiva do capital sobre o trabalho tem resultado em aumento significativo da apropriação privada da riqueza.

Relatório publicado pela Oxfam (2024) revela que a centralização tem sido uma marca crescente da economia mundial. A pesquisa da Oxfam, com dados extraídos da Wealth X, revelam que o 1% mais rico possui 43% de todos os ativos financeiros globais. "No Oriente Médio, essa parcela da população detém 48% da riqueza financeira; na Ásia, o 1% mais rico detém 50% da riqueza; e na Europa, o 1% mais rico detém 47% da riqueza" (Oxfam, 2024, p. 10). A centralização, já descrita por nós no item anterior, alavancou o progresso da acumulação e permitiu que o número de capitalistas individuais diminuísse significativamente. De acordo com o relatório acima, em 1996, 10 empresas controlavam o mercado global de sementes, em 2020, apenas duas exerciam este controle.

A pandemia da covid-19 acentuou o cenário de concentração da riqueza e centralização da produção. Em 2023, um ano após o encerramento oficial do quadro pandêmico, os bilionários estavam 3,3 trilhões de dólares ou 34% mais ricos do que eram em 2020. O relatório da Oxfam (2024) prevê que o número de milionários aumentará 44% entre 2023 e 2027, enquanto o número de pessoas com patrimônio de 50 milhões de dólares ou mais deverá crescer 50%. Em 2022, segundo dados da Oxfam (2024), retirados do World Inequality Lab, a metade mais pobre da população mundial ganhava apenas 8,5% da renda global. A renda do trabalhador também tem apresentado uma tendência de queda, em especial, devido aos altos

índices inflacionários, puxados pelo preço dos alimentos, proporcionando a não indexação dos salários de acordo com a inflação. Estima-se que os "salários de 791 milhões de trabalhadores não conseguiram acompanhar a inflação e perderam 1,5 trilhão de dólares nos últimos dois anos, o equivalente a quase um mês (25 dias) de salários perdidos para cada trabalhador" (Oxfam, 2024, p. 12).

Dados do Laboratório da Desigualdade Mundial, publicados no final de 2021, pelo jornal *El País*, ilustram que, com a pandemia da Covid-19, a desigualdade social aumentou, fato constatado pelo ingresso de 100 milhões de pessoas na linha de pobreza extrema. *The World Bank* em relatório de 2022 anunciou o ingresso, até 2030, de cerca de 600 milhões de pessoas na linha de pobreza. Em 2017, o Banco Mundial (BM) ajustou os valores para US\$ 2,15 e US\$ 6,85 diários para mensurar as linhas de pobreza extrema e pobreza respectivamente<sup>7</sup>. Com esta linha internacional para medir a pobreza, o relatório aponta um cenário de difícil redução da pobreza extrema e da pobreza nos próximos anos.

Segundo os dados do relatório, os maiores responsáveis pelo aumento da pobreza extrema e pobreza foram a inflação, os baixos índices de crescimento e a pandemia da Covid-19, além das guerras entre países, em especial a guerra da Rússia com a Ucrânia. Prossegue o relatório afirmando que as pessoas mais pobres arcaram com o ônus mais alto da pandemia com perda da renda em torno de 4% para os 40% mais pobres. Já os mais ricos sofreram com metade, 20% da perda da renda.

Para o BM as políticas de socorro aos mais pobres foram fundamentais para impedir que as perdas fossem ainda maiores. Contudo, os países em desenvolvimento, por possuírem menos recursos, implementaram políticas de contenção ao impacto da Covid-19 e de redução da pobreza com valores reduzidos, dificultando a recuperação econômica da população localizada nestes países. O mesmo não aconteceu nos países mais ricos onde os impactos da Covid-19 foram neutralizados totalmente, garantindo que a população residente nestes países não ingressasse nas linhas de pobreza extrema ou pobreza. É possível vislumbrar que países da África Subsaariana concentram mais da metade das pessoas em situação de pobreza extrema, padecendo com a fome, a sede, doenças infecto contagiosas etc.

Mas não é somente a África subsaariana a sofrer com os altos índices de pobreza extrema e pobreza. Relatório publicado pela Cepal em 2022 alertam sobre o crescimento da pobreza nos países da América Latina e Caribe. Para a Cepal (2022) até o final de 2022 cerca de 201 milhões de pessoas, 32,1% da população total da região estará vivendo em situação de pobreza, dos quais 82 milhões (13,1%) em pobreza extrema. O relatório também indica que os

Em 2021 estes valores correspondiam a R\$ 6,01 e a R\$ 19,16 por pessoa por dia respectivamente.



-

maiores afetados são a população infantil e adolescente, mulheres de 20 a 59 anos de idade, população indígena e afrodescendente. Para os economistas da Cepal a pandemia contribuiu para o acirramento do quadro de pobreza extrema e pobreza na região, agravado pela inflação, o baixo crescimento econômico e a fraca recuperação do emprego.

Outro relatório que merece destaque foi publicado pelas várias instituições da Organização das Nações Unidas, FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO (2023). De acordo com dados deste relatório, um dos problemas que vem assolando os países mais pobres é o da fome e insegurança alimentar. Em 2022 o número de pessoas vivendo com fome foi de 9.2% da população mundial em comparação com 7.9% em 2019. Em relação aos índices de insegurança alimentar moderada ou alta, os dados referentes aos anos de 2019 para 2020 revelam que se mantiveram inalterados. O mesmo não se pode dizer do ano de 2022 quando os números atestam que 29.6% da população mundial – 2.4 bilhão de pessoas – conviviam com a insegurança alimentar moderada ou elevada, 391 milhões a mais do que em 2019. No Brasil, a insegurança alimentar atingia 32,8% da população entre os anos de 2020 a 2022, um total de 70 milhões de pessoas. Um aumento de 60% em relação ao triênio pré-pandemia. No caso específico da fome, esta afligia 21,1 milhões de pessoas em 2022.

Percebe-se que os relatórios têm uma posição coerente com relação às causas do aumento da pobreza extrema e da pobreza e também uma leve convergência na solução dos problemas. Para o BM, alternativas como reforma das políticas públicas e maior cooperação global são possibilidades de redução do quadro expendido. Uma política fiscal que priorize a transferência de renda também deve ser adotada, assim como adotar medidas de crescimento a longo prazo investindo em infraestrutura, educação e pesquisa e desenvolvimento. Todas estas medidas não devem abdicar de uma eficiência nos gastos, devido à escassez dos recursos, caso contrário será difícil superar as próximas crises. O BM ainda destaca a importância de aumentar impostos sobre as pessoas físicas e jurídicas, aumento dos impostos sobre a propriedade e o carbono e, caso necessário, aumentar também o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), desde que não afetem os mais pobres.

Para os economistas da Cepal, a alternativa para redução do quadro de pobreza é investir na educação como alternativa para proporcionar melhores oportunidades de emprego. O relatório aponta ainda que o déficit educacional causado pela pandemia nos países da América Latina e do Caribe precisam ser revertidos para alcançar níveis de inserção da população em empregos e renda dignos. Para os analistas da FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO (2023) a pandemia aguçou o quadro de pobreza e de fome no mundo e as alternativas

para minimizar tais impactos é garantir práticas agropecuárias em consonância com as exigências das mudanças climáticas, garantir e preservar os direitos dos povos originários e adequação aos limites planetários.

Todos os relatórios enfatizam a pandemia da Covid-19 como a principal responsável pela situação de pobreza e pobreza extrema, salientando índices comparativos com o prépandemia e o pós-pandemia. Para os analistas antes da pandemia os índices eram melhores e não foi possível, alegam eles, recuperar estas taxas, o que impede de atingir as metas do milênio, definidas pela ONU e que incluem, dentre outras, a erradicação da pobreza e da extrema pobreza até os anos de 2030. Contudo, nenhum dos relatórios aponta o modo de produção capitalista como o problema central do aumento da pobreza e da extrema pobreza. Para estes analistas a concentração de renda, a centralização da riqueza e da produção capitalista e o aumento exponencial da miséria são fenômenos "naturalizados".

Insistem numa perspectiva de sobretaxar os ricos para diminuir a desigualdade social, acreditando que a diferença entre ambos é um fato que pode ser minimizado por uma política de impostos mais austeras sobre as grandes fortunas. Existe nestas análises uma ausência de compreensão sobre as crises do capital e a dinâmica da acumulação, bem como as medidas que o capital utiliza para recuperar suas taxas de lucro. Inexiste ainda ausência de compreensão que a lógica capitalista da acumulação não permite políticas redistributivas, muito menos reverter quadros de pobreza ou pobreza extrema, apenas promover sempre mais exploração da força de trabalho, aumento da superpopulação relativa, compressão dos salários, contratos de trabalho precários etc. Portanto, a lei da queda tendencial da taxa de lucro, considerada por Marx como tendência, não o impede de afirmar que a superexploração da força de trabalho "é uma das causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro" (2017, p. 271). Com esta afirmação reiteramos que com a ofensiva do capital, a miséria material e humana é *conditio sine qua non* do despotismo do capital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nossa intenção nesse artigo foi apresentar de forma sumária algumas reflexões sobre o processo de reprodução ampliada do capital nos dias atuais. A acumulação de capital e suas implicações, descritas por Marx nas páginas d'O Capital, tem confirmado suas análises e avança em ritmo acelerado provocando pauperismo e miséria em escala acelerada, evidenciando a força destrutiva da dinâmica do capitalismo. Ao ampliar os mecanismos para garantir a preservar as taxas de lucros nas mãos de poucos capitalistas cria expressões

alarmantes de pobreza e extrema pobreza ao redor do mundo. Ao mesmo tempo em que os relatórios apresentados por nós relatam a força destrutiva dos monopólios no capitalismo hodierno, eles não apresentam como solução a ruptura com este modo de produção, mas medidas alternativas como sobretaxar ricos ou rendas para minimizar os impactos do avanço da pobreza. Os relatórios destacam ainda a naturalização deste modo de produção, culpabilizando a classe trabalhadora pelas mazelas vivenciadas e individualizando o problema. Esta lógica fica evidente quando analisamos as estratégias apontadas nos relatórios para "vencer a crise". Em regra geral apostam no empreendedorismo e na qualificação, por meio da ampliação de políticas educacionais para inserção no mercado de trabalho. Percebe-se que os economistas atuais consideram a concentração e centralização da riqueza e da renda como fator inevitável do atual contexto. Colocam ainda, a solução para os problemas como algo passível de ser adotado em todos os países indistintamente, desconsiderando as particularidades da formação social de cada continente e a inserção destes países na divisão internacional do trabalho. Portanto, se nos países mais desenvolvidos a acumulação de capital tem provocado aumento da pobreza, nos países de capitalismo dependente o cenário é mais alarmante tendo em vista que para estes nunca houve políticas de distribuição ou redistribuição da renda, implicando em altos índices de pobreza extrema e pobreza, além de um quadro de insegurança alimentar em patamares mais elevados que nos países de capitalismo central condenando milhares de pessoas a sucumbirem às políticas despóticas impostas pelas agências internacionais em nome dos interesses do grande capital.

#### REFERÊNCIAS

BRENNER, R. **O boom e a bolha.** Os Estados Unidos na economia mundial. Tradução Zaída Maldonado. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.

**CEPAL.** A CEPAL alerta que as taxas de pobreza na América Latina em 2022 se mantêm acima dos níveis pré-pandemia, 2022. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-alerta-que-taxas-pobreza-america-latina-2022-se-mantem-acima-niveis-pre-pandemia <Acesso 06 fev 2024>

**EL PAÍS.** Economia. Os 10% mais ricos com 76% do patrimônio do planeta, o retrato da desigualdade na pandemia. Madri, 7 dez de 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/economia/2021-12-07/os-10-mais-ricos-com-76-do-patrimonio-do-planeta-o-retrato-da-desigualdade-na-pandemia.html < Acesso 15 de jul 2022>

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.



**FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO.** 2023. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum. Rome, FAO. https://doi.org/10.4060/cc3017en < Acesso 08 fev 2024>

LENIN, Vladimir. Imperialismo, fase superior do capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Global, 1979.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, dez. 2017, p. 325-356.

MARX, Karl. **O Capital.** *Livro Primeiro. O processo de produção do capital.* Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital.** *Livro Terceiro. O processo global de produção.* Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. Crise, queda da taxa de lucro e a política social no capitalismo. **Revista Katálysis,** Florianópolis, 26, n. 2, p. 193-201, 2023.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. **Redemocratização e Serviço Social:** os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985. Curitiba: CRV, 2020.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida. Curitiba: Editora CRV, 2017a.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. Acumulação de capital e generalização da pobreza. Olhando a árvore e esquecendo-se de ver a floresta. In: OLIVEIRA, Ednéia Alves; LAMAS, Fernando Gaudereto (Orgs.) **Ofensiva do capital, trabalho e desigualdade social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017b.

**OXFAM.** Desigualdade S.A. 2024. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a <Acesso 06 fev. 2024>

**WORLD BANK.** Global progress in reducing extreme poverty grinds to a halt, 2022. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/10/05/global-progress-in-reducing-extreme-poverty-grinds-to-a-halt < Acesso 10 fev. 2024>

